

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.143.204 - SC (2017/0184315-0)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
AGRAVANTE : ANSELMO LESSA
ADVOGADO : ANSELMO LESSA (EM CAUSA PRÓPRIA) - SC008341
AGRAVADO : OI S.A
ADVOGADOS : CAIO CESAR VIEIRA ROCHA - CE015095
FERNANDA VIEIRA DA SILVA - SC018588
WILSON SALES BELCHIOR - SC029708
LEONARDO REIS DE OLIVEIRA - SC015986
AMANDA KARINA TORRES - SC033636

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por Anselmo Lessa contra decisão que inadmitiu recurso especial ao argumento de incidência da Súmula 211/ST e da tese firmada em Recurso Especial repetitivo n. 1.291.736/PR (Tema 525 - pela impossibilidade de arbitramento de honorários advocatícios em execução provisória de sentença) (e-STJ, fls. 158-161).

Impugnada especificamente a decisão, conheço do agravo e passo à análise do recurso especial.

O apelo nobre foi manejado, com base nas alíneas "a" e "c" do inciso III do art. 105 da CF/1988, em oposição a acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina assim ementado (e-STJ, fl. 81):

Impugnação à execução de sentença. Telefonia. Execução provisória de *astreintes* fixadas em sede de antecipação dos efeitos da tutela. Extinção em sede de apelação, tendo em vista o trânsito em julgado do processo principal e o início da execução definitiva. Custas processuais que devem ser pagas pela parte executada. Princípio da causalidade. Ausência de sucumbência da parte autora em qualquer momento processual. Ônus que não lhe deve ser imputado, pela prática de ato processual sobre o qual recaía o interesse de agir à época do sua propositura. Recurso parcialmente provido.

À luz do princípio da causalidade, impossível imputar à parte autora os ônus da sucumbência se quando do ajuizamento da demanda existia o legítimo interesse de agir, era fundada a pretensão, e a extinção do processo sem julgamento do mérito se deu por motivo superveniente que não lhe possa ser atribuído (TJSC, Des. Ricardo Roesler).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 99 - 105).

Alega o agravante contrariedade aos arts. 10, 14, 22, 85, §§ 1º, 141, 490, 492, 502, 508, 1.000, parágrafo único, 1.008, 1.013 do CPC/2015; 22 e 23 da Lei 8.906/1994, defendendo, em síntese, que é possível o arbitramento de valor correspondente à verba honorária em execução provisória em demanda

Superior Tribunal de Justiça

indenizatória contra a operadora dos serviços de telefonia, em virtude da existência do título executivo e a validade de sua execução.

Apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 147-155), o recurso especial foi admitido na origem (e-STJ, fl. 709).

É o relatório.

Observo que a matéria dos autos é de natureza de direito privado.

Desse modo, a competência para apreciar o presente recurso é, na verdade, da Segunda Seção desta Corte, nos termos do disposto no art. 9º, § 2º, II e XIV, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, determino a redistribuição dos autos a uma das Turmas integrantes da Segunda Seção.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator

